

La Escola Nova y la propuesta de utilizar el cine como apoyo educativo en Caxias do Sul/RS(1950-1960)

Escola Nova and the proposal to use Cinema as educational support in Caxias do Sul/RS(1950-1960)

A Escola Nova e a proposta de uso do Cinema como suporte educativo em Caxias do Sul/RS – Brasil (1950-1960)

Elisângela Cândido da Silva Dewes*
José Edimar de Souza**

Resumen

Este estudio investiga el cine educativo como recurso de la cultura material escolar en el contexto del movimiento Escola Nova, centrándose en la ciudad de Caxias do Sul (RS), entre 1950 y 1960. La Historia Cultural fue elegida como una perspectiva teórica y metodológica, ya que articula el análisis documental y la Historia Oral para comprender cómo las prácticas pedagógicas y los discursos modernizadores incorporaron el cine como un dispositivo para la educación escolar y extraescolar. Como resultado, se identifica que el cine se instrumentalizó como un recurso para modernizar las prácticas pedagógicas, reconfigurando el espacio escolar, a través de materiales que valoraban la experiencia de las asinaturas en el proceso de constitución del conocimiento, frente a las premisas del

* Universidade de Caxias do Sul, Brasil. ORCID: [<https://orcid.org/0000-0002-2281-7017>]. Correo electrónico: elisangela.silva@ucs.br.

** Universidade de Caxias do Sul, Brasil. ORCID: [<https://orcid.org/0000-0003-1104-9347>]. Correo electrónico: jjesouza1@ucs.br.

Cómo citar este artículo:

Cândido da Silva Dewes, E. y Edimar de Souza, J. (2026). La Escola Nova y la propuesta de utilizar el cine como apoyo educativo en Caxias do Sul/RS(1950-1960). *Revista Mexicana de Historia de la Educación, Dossier*, 2026, 113-134. <https://doi.org/10.29351/rmhe.v14i27.731>



movimiento Escola Nova; pero también fue un medio para promover el control social, que reflejaba los intereses políticos de la época, a través de la proyección de saberes que tenían por objetivo una educación fuera de la escuela.

Palabras clave: Brasil, Cine Educativo; Cultura Material Escolar; Nueva Escuela; Río Grande del Sur.

Abstract

This study investigates educational cinema as a resource of school material culture in the context of the Escola Nova movement, focusing on the city of Caxias do Sul (RS), between 1950 and 1960. Cultural History was chosen as a theoretical and methodological perspective, as it articulates documentary analysis and Oral History to understand how pedagogical practices and modernizing discourses incorporated cinema as a device for school and out-of-school education. As a result, it is identified that the cinema was instrumentalized as a resource to modernize pedagogical practices, reconfiguring the school space, through materials that valued the experience of the subjects in the process of constituting knowledge, in the face of the New School premises; but it was also a means of promoting social control, which reflected the political interests of the time, through the projection of knowledge that aimed at an education outside school.

Keywords: Brazil; Educational Cinema; New School; School Material Culture; Rio Grande do Sul.

Resumo

Este estudo investiga o cinema educativo como recurso da cultura material escolar no contexto do movimento da Escola Nova, com foco na cidade de Caxias do Sul (RS), entre 1950 e 1960. Optou-se pela História Cultural como perspectiva teórica e metodológica, por articular a análise documental e a História Oral na compreensão de como práticas pedagógicas e discursos modernizadores incorporaram o cinema como um dispositivo de formação tanto escolar quanto extraescolar. Como resultado, identifica-se que o cinema foi instrumentalizado como recurso para modernizar as práticas pedagógicas, reconfigurando o espaço escolar por meio de materiais que valorizavam a experiência dos sujeitos no processo de constituição de saberes, em consonância com as premissas Escolanovistas. Também foi um meio de promover um controle social, refletindo os interesses políticos da época por meio da projeção de saberes voltados à educação fora da escola.

Palavras-chave: Brasil; Cinema Educativo; Cultura Material Escolar; Escola Nova; Rio Grande do Sul.

Introdução

Este estudo tem como temática o Cinema Educativo e busca compreender os diálogos estabelecidos entre esse recurso e o movimento da Escola Nova, com foco na proposta da inserção de seus materiais a uma cultura escolar estabelecida no estado do Rio Grande do Sul —na cidade de Caxias do Sul— no período de 1950 a 1960.

O recorte geográfico e temporal permite identificar como as práticas pedagógicas e os dispositivos escolares foram atravessados por discursos modernizadores que defendiam o uso do cinema como um meio eficaz para a formação dos sujeitos. O contexto definido na cidade de Caxias do Sul,¹ localizada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul²/Brasil, está associado às primeiras evidências localizadas, pelos pesquisadores deste estudo, do uso desse recurso como suporte às práticas pedagógicas nessa região do país. Já, o recorte temporal compreende o período de início e ascensão do uso do cinema educativo em um contexto escolar regional.

O aporte teórico fundamenta-se na História Cultural, especialmente na concepção de que a escola constitui um espaço de socialização emocional e simbólica. Como aponta Escolano Benito (2018: 19), “todos los elementos que definen el régimen escolar comportan, cada uno por separado y como conjunto, una semántica que ejerce sobre toda la infancia una educación sentimental bien definida y de influencia duradera”. Essa educação dos sentimentos foi, em grande parte, impulsionada pela adoção de novos materiais didáticos, entre eles o cine-

¹ Caxias do Sul é uma cidade situada na região nordeste do Rio Grande do Sul (serra), uma cidade com uma população de cerca de 500 mil habitantes, consolidada como o segundo maior município do Estado em habitantes e representatividade econômica (Caxias do Sul, 2025). Foi um dos destinos escolhidos pelos imigrantes italianos, no final do século XIX, que migraram da Europa mobilizados pelo Programa de Colonização e Imigração realizado pelo Governo Imperial. A Colônia Caxias foi a sede da colonização italiana no Estado. Caxias se desenvolveu de forma vertiginosa, tornando-se um município autônomo que passou a contar com a força econômica de uma variedade de segmentos como agricultura, indústria e comércio. Com a contribuição do trabalho desses imigrantes na agricultura, especialmente com a produção de uvas e vinhos; teve, também, um avanço representativo da urbanização e de materiais advindos da modernidade, como os destinados à cultura e ao lazer (Heredia y Fontana, 2018).

² O Rio Grande do Sul está localizado no extremo sul do país, constitui-se por 497 municípios, uma área total de 281.707,15 Km² e uma população de mais de 10 milhões de habitantes (é o sexto estado com maior população no Brasil). Uma população que mostra uma diversidade étnica com descendentes de povos como: indígenas, negros e europeus; essa característica multicultural do povo é refletida na diversidade cultural e na paisagem. Com um clima temperado do tipo subtropical – no verão apresenta temperaturas elevadas, enquanto no inverno há uma presença predominante de baixas temperaturas (Atlas socioeconômico, 2022).

ma, entendido não apenas como recurso tecnológico, mas como linguagem e mediação cultural. Materiais que foram utilizados para apoiar e renovar a educação e, portanto, contribuem para compreendermos sobre

una historia holística de la educación que estudie los usos de los objetos, las vinculaciones de unos materiales con otros, las relaciones de estos con los actores y con las prácticas empíricas que ponen en acción, su ubicación en los espacios institucionales y la imbricación de todas estas mediaciones en la estructuración de la tecnología de la enseñanza como modo de producción. (Escolano Benito, 2018: 17).

A análise dos usos educativos do cinema ajuda com entendimentos sobre como os diálogos estabelecidos com a modernidade foram mobilizados para uma transformação da escola. Ao situar o Cinema Educativo, nesse contexto, buscamos entendimentos sobre as interfaces com a proposta “Escolanovista”³, que defendia uma escola mais ativa, sensível às experiências e comprometida com uma formação integral do sujeito.

O uso dessas inovações materiais possibilita perceber outras dimensões do campo educativo, entre elas, as concepções pedagógicas, as práticas docentes, os saberes mobilizados e os símbolos que contribuem para a constituição de sentidos no “mundo escolar”. Esses elementos ajudam a decifrar os modos pelos quais a escola se constrói e se reconfigura a partir dos movimentos pedagógicos. Instigam, ainda, reflexões sobre os intercâmbios estabelecidos entre a escola e o “mundo social”, que ocorrem, por exemplo, quando determinados materiais —como o cinema, originalmente legitimados fora da escola, passam a integrar a cultura escolar. Nessa transposição, os materiais ganham nova funcionalidade e tornam-se, como afirma Souza (2007: 165-169), “indicadores de relações sociais e, como parte da cultura material, atuam como direcionadores e mediadores das atividades humanas”.

Sob essa perspectiva, propomos conexões entre a apropriação do cinema e os pressupostos da Escola Nova, na medida em que o contexto social, histórico e político do período evidencia como “as ideias se encarnam em dispositivos dedicados às artes de fazer, que se apropriam seletivamente de um sistema pedagógico, trabalhando com modos de uso possíveis numa determinada conjuntura” (Valdemarin, 2010: 128).

³ Da Escola Nova

Quanto ao percurso metodológico, este estudo articula a análise documental histórica com a metodologia da História Oral. Tal escolha visou conferir maior rigor a interpretação dos dados, uma vez que o cotejamento entre fontes documentais e narrativas permite o confronto de evidências, contribuindo para a validação ou refutação das hipóteses formuladas. Consonantes à concepção de que a pesquisa historiográfica se constitui a partir de evidências que exigem do pesquisador o exercício constante de ultrapassar sua própria contemporaneidade: “a pesquisa historiográfica constitui-se em evidências coordenadas e interpretadas (...) sem deixar cair, entretanto, (...) numa interpretação errônea, distorcida do passado” (Pimentel, 2001: 192).

Nesse sentido, realizamos a exploração de acervos físicos e digitais em busca de documentos que pudessem oferecer vestígios do passado capazes de esclarecer os diálogos que impulsionaram o uso do cinema como recurso pedagógico. Entre os materiais localizados estão programas de ensino, jornais e boletins pedagógicos, correspondências de órgãos oficiais e transcrições de entrevistas. Esses documentos foram consultados em acervos como no Arquivo Histórico João Spadari Adami e no Museu Murialdo, ambos situados na cidade de Caxias do Sul, bem como no Centro de Documentação da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Complementarmente, foram analisadas fontes de circulação local, regional e nacional, por meio da Hemeroteca Digital Brasileira e do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), com destaque para periódicos pedagógicos e comunicações institucionais.

No que diz respeito à História Oral, consideramos as transcrições de entrevistas realizadas por outros pesquisadores com “personagens” que tiveram contribuição no ensino de Caxias do Sul; e também a narrativa de ex-aluno da Escola Normal Rural Murialdo concedida a um dos pesquisadores deste estudo.

A documentação coletada foi analisada e sistematizada por meio de uma planilha no *software* Microsoft Excel. Essa ferramenta permitiu o cruzamento entre diferentes tipos de fontes de maneira ágil e eficiente, por meio da aplicação de filtros nos descritores das colunas. Tal procedimento facilitou a correlação entre conteúdos, possibilitando confrontar evidências provenientes de documentos escritos e relatos orais em um mesmo suporte de análise. A escolha desse dispositivo se justifica pela sua capacidade de integrar diferentes formas de dados, ampliando as possibilidades interpretativas e fortalecendo a triangulação metodológica.

A partir desse percurso foi possível a análise e confronto de evidências entre as fontes, a realização de reflexões e a elaboração de considerações sobre o

tema. Mais adiante apresentaremos algumas evidências e ponderações realizadas e que estão relacionadas ao objetivo do estudo. Contudo, antes de prosseguirmos, consideramos relevante apresentar alguns dados sobre o contexto histórico, político e social —em âmbito nacional, regional e local— que envolveram a proposição do uso do cinema como um recurso educativo; o que faremos brevemente a seguir.

O Contexto de circulação das ideias de renovação do campo educativo

O percurso da História da Educação no Brasil é marcado por constantes diálogos com movimentos de renovação pedagógica originados na Europa e na América do Norte. Concepções e propostas educacionais desses contextos foram, ao longo do tempo, apropriadas, reinterpretadas e difundidas por diferentes intelectuais brasileiros, muitos dos quais desempenharam um papel central na organização do campo educativo em âmbito nacional. Antes mesmo do movimento “Escolanovista”, que ganharia força no início do século xx, já circulavam, a partir do século xix, concepções vinculadas ao Método Intuitivo. Essa abordagem defendia o uso de objetos concretos no processo de ensino, com o objetivo de facilitar a construção de conceitos abstratos, estimular a educação dos cinco sentidos e apresentar conhecimentos a partir da observação da natureza e da indústria. Nesse contexto, materiais pedagógicos e espaços de apoio passaram a ser compreendidos como recursos essenciais ao desenvolvimento sensorial e à formação de ideias (Valdemarin, 2004).

Outros movimentos pedagógicos que emergiram posteriormente, como o método de ensino progressista, também atribuíram centralidade aos objetos, às atividades e aos espaços educativos, reconhecendo neles um papel fundamental como mediadores do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, tais recursos pedagógicos passavam a integrar intencionalmente as práticas escolares, promovendo experiências sensoriais, despertando o interesse dos alunos e favorecendo a sua participação no processo de constituição de saberes. Essas concepções defendiam, ainda, a aproximação entre o “mundo social” e o “mundo escolar”, a partir de um olhar pedagógico que considerava a criança inserida em um dado contexto social, carregando consigo experiências e saberes produzidos fora da escola.

Esse movimento renovador das práticas educativas no Brasil esteve articulado ao contexto político do Estado Novo, instaurado em 1937, a partir do golpe de Estado que suspendeu a Constituição de 1934 e consolidou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder (Gomes, 1982). Nesse cenário, as ideias pedagógicas inspiradas em experiências internacionais foram apropriadas por intelectuais brasileiros e adaptadas à realidade nacional. A proposta do movimento da Escola Nova ultrapassava as questões pedagógicas, assumindo um caráter estratégico dentro do projeto político do período, que tinha a educação como um meio para a construção de uma identidade nacional.

Como observa Oliveira (1982: 28), a renovação escolar proposta naquele momento histórico buscava romper com a imagem de um Brasil rural e oligárquico, projetando o país em direção a um modelo urbano-industrial, considerado símbolo de desenvolvimento e modernidade. A educação, nesse contexto, era convocada a desempenhar um papel decisivo na superação do atraso econômico e social, posicionando-se como caminho viável para inserir o Brasil em um novo cenário.

Nesse contexto, Lourenço Filho foi um intelectual de destaque na difusão das ideias de renovação pedagógica, cuja atuação buscou articular os ideais da Escola Nova aos interesses políticos e sociais do país. Sua trajetória é marcada por uma significativa produção teórica e por iniciativas práticas no campo da educação, especialmente no que diz respeito à psicologia experimental, à assistência social no ambiente escolar, à orientação vocacional e à reintegração social de jovens em situação de delinquência (Silva, 2007). Práticas que indicam um entendimento amplo da escola, não apenas como espaço de instrução, mas como campo de transformação social. Entre suas obras, destaca-se *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, de 1929, na qual expressa o anseio por uma educação integral e comprometido com a realidade social do aluno.

As ideias de Lourenço Filho, assim como as de outros educadores e intelectuais brasileiros, integraram esse movimento de renovação, em grande parte, inspirado em experiências pedagógicas desenvolvidas em contextos internacionais, cujos resultados já se mostravam significativos. Assim como em outras nações que vivenciavam os efeitos da industrialização, o Brasil também se deparava com profundas transformações sociais, culturais e econômicas, que impactavam as crenças, os hábitos e os modos de vida da população (Valdemarin, 2010). Era necessário, portanto, repensar a escola, suas práticas e suas finalidades para adequá-las às novas demandas da sociedade.

Nesse contexto, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, publicado em 1932 e assinado por diversos intelectuais, representou um marco importante na

consolidação dessas ideias de renovação. O documento expressava um projeto de reconfiguração do campo educativo, não apenas pela circulação de novas concepções, mas também pela tentativa de legitimar determinadas práticas escolares. Entre as proposições defendidas no Manifesto, destaca-se a orientação para o uso de instituições auxiliares ao ensino, entre elas, o cinema, o rádio e a imprensa —recursos percebidos com um potencial educativo e social em práticas no interior da escola. Havia, nesse sentido, a crença de que a escola moderna, equipada com novos recursos e conectada às práticas culturais da sociedade, poderia assumir um papel estratégico de formação dos sujeitos e de transformação social.

No estado do Rio Grande do Sul o movimento de renovação buscava acompanhar as diretrizes projetadas em âmbito federal, mas adaptado às especificidades e aos desafios regionais. As transformações no sistema escolar consolidaram-se a partir da ampliação da municipalização do ensino, o que representou um redimensionamento da gestão educacional e das responsabilidades dos municípios (Bastos y Tambara, 2011).

No que se refere aos elementos centrais para a nova reconfiguração do campo educativo, destaca-se a atenção para o aspecto científico e de implementação de uma pedagogia experimental. Nesse cenário, a formação docente adquiriu um papel estratégico, impulsionando a adoção de práticas inovadoras na escola. Além disso, o trabalho técnico, vinculado aos órgãos oficiais de ensino, passou a ser valorizado e a criação de uma imprensa pedagógica, atrelada a esses mesmos órgãos, colaborou para a divulgação e apropriação das ideias de renovação. A reconfiguração administrativa das instâncias educacionais também favoreceu a implementação de mudanças (Peres, 2000).

Um movimento relevante nesse processo ocorreu após a Revolução de 1930, quando José Antônio Flores da Cunha assumiu o governo do Rio Grande do Sul como interventor federal. Sua gestão promoveu uma ampla reorganização do ensino no estado, com destaque para a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública e do Conselho Estadual de Educação. Outro acontecimento significativo foi a fundação da Universidade de Porto Alegre, no ano de 1934, favorecendo o deslocamento das concepções filosóficas ancoradas no pensamento positivista para ideias mais renovadoras (Bastos y Tambará, 2011).

No entanto, foi no período de gestão de José Pereira Coelho de Souza (1937-1945) que emergiram mudanças mais expressivas no que se refere a modernização escolar. Coelho de Souza defendia uma escola que oferecesse uma formação

integral e não apenas voltada para a instrução, ideia que coadunava com as do movimento “Estadonovista”. Algumas transformações, durante a sua gestão, foram, ainda, orientadas pela consultoria de Lourenço Filho (Peres, 2000).

Nesse cenário, a criação do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS) foi um marco relevante no processo de institucionalização das ideias de renovação. Vinculado à Secretaria de Educação e Saúde Pública, o CPOE/RS assumiu a função de planejar, acompanhar e orientar as práticas pedagógicas. Passou a ser responsável pelas propostas, materiais de apoio e por sugerir atividades para o aperfeiçoamento do trabalho docente. A constituição do CPOE/RS materializou a intenção do governo gaúcho em organizar e projetar, de forma planejada, os princípios da educação renovada. A proposta de educação incorporava temas e práticas para uma formação moral do aluno, trabalhava questões sociais, ações de educação para a saúde e higiene, proposições que dialogavam com os ideais em âmbito federal de desenvolvimento do nacionalismo (Bastos y Tambará, 2011: 376).

O CPOE/RS utilizou uma série de recursos para a proliferação das ideias de renovação das práticas pedagógicas, entre eles o Boletim do CPOE —um impresso produzido para a circulação de orientações, sugestões e de um regramento da educação pública no Estado. Outro meio significativo e com grande abrangência foi a Revista do Ensino, professores vinculados ao órgão estadual responsabilizavam-se pelos editoriais que apresentavam as inovações ligadas ao campo educativo e faziam referência ao movimento da Escola Nova:

[...] Hoje a escola deve atrair a criança que se deve sentir feliz e contente dentro dela [...] Hoje toda professora que se forma sabe que a criança tem direito à saúde e, portanto, à assistência sanitária, à alimentação adequada, vestuário higiênico, habitação salubre [...] É por isso que a escola moderna procura rodear as crianças de todos os quesitos necessários para instruí-las e educa-las [...] E ao professor moderno e compenetrado compete, pois, hoje, principalmente nos primeiros anos, apresentar as suas lições de um modo agradável e atraente [...] (Schultz..., 1939: 101-102).

De modo semelhante, a educação pública em Caxias do Sul contou com o suporte de conteúdos que circulavam por meio da imprensa pedagógica, inclusive com a assinatura da Revista do Ensino que era percebida como um recurso eficiente para a atualização dos professores municipais (Troian, 1954). Uma outra publicação com produção dos profissionais ligados à Diretoria da Instrução

Pública Municipal —o Despertar apresentava propostas de práticas e materiais para renovar o ensino como, por exemplo, o Cinema.

Porém, esse trânsito de ideias sobre a renovação da educação em âmbito municipal é anterior a circulação desses periódicos, ela inicia com a instauração do Estado Novo e, por isso, está associada a ações nacionalizadoras. É a partir desse período que há uma expansão das escolas públicas impulsionada pelo fechamento de instituições étnicas-comunitárias, como as sustentadas por Associações de Mútuo Socorro, ligadas a instâncias religiosas e/ou organizadas pelas próprias comunidades do interior do município (Rech y Luchese, 2018).

Caxias do Sul também esteve no itinerário de intelectuais que defendiam a renovação, estabeleceu diálogos a partir de visitas intermediadas pelo governo do estado do RS. Em um despacho do Secretário da Educação do Estado, Dr. Coelho de Souza, ao Prefeito Dante Marcucci, há indícios da visita de Lourenço Filho ao município e o indicativo de que a escolha tenha sido feita por uma relação de confiança entre as esferas públicas (Souza, 1939: 2). A vinda de Lourenço Filho repercutiu de forma positiva, a troca de correspondência do representante do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos com o Prefeito demonstra um possível interesse em estreitar essa relação: “[...] DD. Prefeito Municipal. Caxias. [...] desejo renovar os meus vivos agradecimentos á vossa gentil acolhida [...] Espero receber informações relativas ao desenvolvimento do ensino municipal, [...] Saudações. (as.) Lourenço Filho [...] (Lourenço Filho, 1939, s/p).

Outras evidências indicam que o município estava alinhado com as orientações oriundas tanto em dimensão federal quanto estadual, como a matéria publicada em 1941, que anuncia: “O professorado Municipal de Caxias acompanha a Evolução da Moderna Pedagogia”. O texto noticia a oferta de um curso de pedagogia teórica e prática financiado pelo governo municipal. Além disso, as referências sobre os ensinamentos cívicos em espaço escolares sinalizam para uma apropriação de ideias pedagógicas que fortaleciam as concepções políticas da época (Comemorações da semana da pátria, 1940: 2).

O regulamento de Instrução Pública de Caxias do Sul (1951) é outro documento que evidencia essa apropriação, em trechos como nos objetivos do ensino primário: “inspirado nos princípios de liberdade, no amor à Pátria e nos ideais de solidariedade humana [sic] será gratuito, obrigatório e só poderá ser dado em língua portuguesa”. E, ainda, em: “O ensino a que se imprimirá um cunho prático e intuitivo compreenderá, além da educação intelectual, a educação moral, cívica e física (...) basear-se-á nos modernos métodos e processo e será ministrado pelo sistema de co-educação” (Troian, 1951: 1).

Em matéria publicada no *Jornal Despertar*, na coluna “Educação e Ensino” as referências à Escola Nova mostram, também, que havia o entendimento sobre a posição central dos alunos no processo de ensino: “A escola Nova exige que o professor conheça seus alunos, saiba avaliar a extensão de suas inteligências, julgue suas possibilidades inatas ou adquiridas, afim de poder guiá-los, orientá-los na sua formação” (O interesse como fator disciplinar, 1953: 2).

Há, ainda, evidências de que havia a circulação de orientações para a promoção de metodologias renovadoras em reuniões entre o corpo docente, como a que foi registrada em ata do grupo Escolar “Duque de Caxias”, coordenada pela Diretora da instituição, Marieta Pain Cidade:

(...) entende-se por Escola Nova o movimento de renovação dos processos pedagógicos estabelecidos. O sábio procura sempre aprimorar seus estudos, procurando, indagando e experimentando. A Pedagogia é uma ciência, seu campo é vasto e foi muito abandonado até (...) pouco tempo. Era justo, pois que surgissem os grandes mestres e a reforma da Escola antiga impôs-se lhes como um dever (Bertelli, 2008: n.p.).

O documento denuncia que a Diretora defendia o uso de recursos validados pelo movimento da Escola Nova e conclamava as docentes a refletirem sobre o tema. Diante das evidências, acreditamos que a educação em Caxias do Sul não ficou à margem do movimento renovador. Sob a ingerência de uma gestão municipal “bem” relacionada com as outras esferas públicas de ensino, e também interessada e atenta às referências sobre o tema, o município caminhava para se adequar as concepções pedagógicas que permeavam esse período. Nessa perspectiva, na próxima seção apresentaremos algumas reflexões sobre a apropriação do Cinema a uma cultura material escolar regional e local.

O Cinema e a renovação material para uma “nova escola”

Como já mencionamos, as ideias de renovação do ensino foram reelaboradas no país e disseminadas com a ajuda de um grupo de intelectuais, com o Cinema Educativo não foi diferente. Uma imprensa especializada deu evidência a esses personagens que associavam o cinema à modernização da educação. Um desses meios foi a *Revista Escola Nova* que circulou no Estado de São Paulo, dedicando uma edição especial sobre o Cinema Educativo, no mês de julho do ano

de 1931. Entre os nomes que surgem na edição, defendendo o uso do Cinema, estão: Lourenço Filho (Diretor Geral do Ensino), J. O. Orlandi (Professor Adjunto do Grupo Escolar Maria José), Jonathas Serrano (Professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal do Rio de Janeiro), Francisco Venâncio Filho (Docente do Colégio Pedro II e da Escola Normal do Rio de Janeiro), Canuto Mendes de Almeida (Promotor público), Galaor de Araújo (Inspetor Distrital). Alguns desses “personagens” tiveram um papel representativo em reconfigurações do ensino em diferentes regiões do país, ocupando funções junto ao poder público. Além disso, escreveram obras que se tornaram contribuições significativas para o campo da educação e sobre o Cinema Educativo. Em comum, eles tinham a crença de que o cinema poderia ser um recurso valioso para educar a população por possibilitar a disseminação de conhecimentos sobre costumes, trabalho, natureza, geografia, história, ciências, higiene, biologia, para a adequação das maneiras, do gosto no uso das vestimentas, etc. (Lourenço Filho, 1931).

Algumas obras foram significativas para a implementação do Cinema junto a área da educação, semelhantes a manuais com diretrizes para o uso do recurso, como foi o caso da publicação de Joaquim Canuto Mendes de Almeida, “Cinema contra Cinema”, que apresentava as bases para o uso educativo do cinema com detalhamentos técnicos, de material, sobre a história do cinema e formatos de produção. Também apresentava trechos que tratavam sobre os aspectos educativos do recurso (Saliba, 2003). Outro livro representativo foi escrito por J. Oliveira Orlandi, “O Cinema na Didática”, por indicar caminhos para a implantação do cinema na escola, abordando sobre os aspectos positivos e negativos de seu uso: “O cinema interessa a todas as camadas sociais [...] Por esse motivo deve ser considerado um mal iminente e um benefício de tomo” (Orlandi, 1946: 7).

Essas concepções do uso do cinema na escola também estiveram permeadas pela ideia de combater o “mal” cinema —aquele que era exibido nos espaços convencionais. Para combater esse “mal” havia a necessidade de educar a sociedade para o reconhecimento das diferenças entre o cinema educativo e o comercial. Essa ideia está presente nas obras dos dois intelectuais citados e foi, também, propagada em campanhas promovidas pela Igreja Católica, que teve um papel importante para ações que visavam educar a sociedade sobre uma cultura cinematográfica.

Um outro marco para a apropriação escolar do cinema foi a organização de uma Comissão para tratar sobre o tema, o que culminou com o decreto 21.240, de 4 de abril de 1932, que nacionalizava a censura dos filmes no Brasil. Nesse enredo, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto se projeta como um protagonista

do Cinema e do Rádio Educativos, considerando-se um aspecto de institucionalização. A atuação de Roquette-Pinto durante a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação foi essencial para essa organização do Cinema Educativo com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Em primeiro de março de 1936, o presidente Getúlio Vargas autorizou o funcionamento do INCE; mas, a instituição foi oficializada somente no ano seguinte. Esse órgão passa a organizar e aparelhar o campo educativo (Monteiro, 2006).

Muito além de organizar um serviço para promover a modernização pedagógica, o INCE também cumpriu com a função de dar projeção a conteúdos que reverberavam para uma educação que colaborava para moldar os cidadãos aos padrões desejados pela política nacionalista. Especialmente pela capacidade do recurso em projetar os diferentes cenários nacionais, particularmente, por evidenciar o progresso e orientar sobre condutas que contribuiriam para a construção de um Brasil mais moderno. Além disso, o cinema tinha o potencial de atingir uma plateia bem diversificada, incluindo uma população definida como atrasada por ser analfabeta ou porque vivia em localidades mais afastadas das áreas urbanas (Vargas, 1934: 187-189).

Em âmbito estadual, o uso do cinema como um recurso para o campo da educação aconteceu de forma mais sistematizada a partir de um diálogo entre os poderes federal e estadual. Foi por meio do CPOE/RS que o Cinema Educativo passou a ser utilizado nas escolas, seguindo um modelo semelhante ao operacionalizado em caráter nacional. Apesar de algumas evidências apontarem para outros movimentos que precedem o realizado pela Secretaria da Educação do Estado para o uso do cinema escolar, inclusive com ações na região de Caxias do Sul, foi a partir da constituição do SERCE que as escolas do estado passam a contar com um ordenamento para o uso desse recurso, com a disponibilização de equipamentos e um acervo de filmes próprio. Em dezembro de 1955, o estado do RS assinou um acordo com o Instituto Nacional de Cinema Educativo, tornando-se o primeiro a oferecer um serviço semelhante, em convênio com o governo federal. Esse serviço passou a funcionar em janeiro de 1957 (A oficialização..., 1959: 521).

O serviço cumpria com as finalidades estabelecidas com o Ministério da Educação. A análise de divulgação de acervo de filmes da Filmoteca do SERCE indica que, representativamente, o INCE passou a ser o principal fornecedor de filmes para o serviço estadual. Esses filmes abordavam conteúdos vinculados a disciplinas do currículo escolar, como Física, Botânica, História, Química. Além disso, havia títulos voltados à exaltação de personagens da História Nacional

—figuras que ocupavam altos cargos públicos ou que contribuíram, de alguma forma, para transformar as condições de vida no Brasil, apresentados como modelos a serem seguidos (Cunha, 2017). Outros filmes oferecidos no acervo destacavam o progresso em diferentes regiões do país e evidenciavam a necessidade de um movimento de alfabetização da população. Esses temas foram importantes para o desenvolvimento das políticas nacionalistas. Como também foram, os que tratavam sobre a modernização das práticas de trabalho na área rural e instruíam sobre higiene e saúde, assuntos também abordados em algumas películas oferecidas pelo acervo do SERCE (Filmoteca, 1959).

O Serviço de Cinema Educativo do Estado do RS ainda desenvolvia ações que visavam qualificar os docentes para o uso do cinema. Para tanto, havia a organização de cursos sobre o tema, em parceria com outras entidades sociais, de modo particular, em colaboração com órgãos da Igreja Católica. Outras formações eram patrocinadas pela Secretaria e ministradas por entidades que comprovavam o seu conhecimento e idoneidade, por meio da área de “patrocinação” de cursos, definida sob um regulamento que foi aprovado pelo decreto nº 9362, de 19 de setembro de 1958. Os cursos e organizadores que cumprissem com as exigências tinham a validação das ações por meio de certificados conferidos pela Secretaria da Educação (Patrocinação de Cursos, 1959).

De acordo com Souza (2007: 165) havia a necessidade que esses novos cursos fossem significados pelos professores, portanto além de serem recomendados pelas instâncias superiores de educação, era preciso que fizessem sentido para aqueles que os manuseariam, caso contrário, poderiam estar fadados ao insucesso, porque “os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional”. Nesse sentido, os cursos ajudavam a inspirar o uso do novo recurso, validando-o entre o magistério do estado. Essa qualificação também ajudava sobre a escolha dos filmes e acerca de uma abordagem a ser adotada em sala de aula.

Mais do que treiná-los para o manuseio dos equipamentos, as formações incidiam sobre a necessidade de adotar uma série de novos protocolos predefinidos para serem adaptados a organização escolar, assim, os professores assumiam um papel significativo para oficializar essa metodologia e esse novo regramento que deveria ser apropriado nos processos escolares (Escolano Benito, 2017).

Essas ocasiões também serviam para orientar os docentes sobre os comportamentos compatíveis com os esperados dos alunos durante as sessões: “Essa sessão deve servir para criar bons hábitos e atitudes [...] O aluno deve saber que

[...] devem imperar as boas maneiras [...] ensiná-los a se portarem num cinema como pessoas educadas” (Projeções Cinematográficas, 1959: 523).

Em âmbito municipal, as ações de cinema como suporte pedagógico foram antecessoras à constituição do Serviço de Cinema da Secretaria da Educação do Estado. A proposta de cinema no contexto do ensino público municipal teve a iniciativa da Diretora da Instrução Pública Municipal, professora Ester Troian Benvenuti. O Cinema Ambulante das Escolas Rurais, iniciado em 1951, foi uma estratégia para atingir a comunidade rural —alunos e famílias, instruindo sobre questões de trabalho, saúde e higiene (Cinema educativo..., 1951).

Para contextualizar, entre as décadas de 1930 e 1950, no Brasil, há uma movimentação significativa pela ruralização do ensino, para a implementação de um modelo de ensino adaptado as especificidades de vida das comunidades rurais, que visava uma organização pedagógica e a formação específica de professores para atuar nessas regiões, atendendo a conhecimentos voltados para o trabalho agrícola e para questões sanitárias. Nesse cenário, os materiais de apoio pedagógico foram significativos junto às escolas das regiões rurais (Souza-Chaloba y Moraes, 2022), a exemplo disso, o Cinema. Um esforço que tangenciou tanto as definições para o campo educativo elaboradas pelo movimento da Escola Nova, quanto os interesses das políticas “Estanovistas”.

Essa organização das sessões promovidas pela Diretoria da Instrução de Caxias do Sul emerge em matérias na imprensa:

[...] de conformidade com sugestões apresentadas pela Diretoria da Instrução Pública, a compra de um moderno projetor cinematográfico, a fim de utilizá-lo em campanha educativa no nosso interior [...] A Câmara de Vereadores, apreciando a matéria e atentando para os seus benéficos resultados, concedeu-lhe aprovação e conforme tivemos oportunidade de saber, a Prefeitura já adquiriu o projetor e mesmo fez a sua estreia, há poucos dias, na localidade de Terceira Léguas [...] a Diretoria da Instrução Pública traçou um plano para a exibição de filmes instrutivos e recreativos nas dezenas de escolas espalhadas por todo município. Desta forma, não só os alunos, como os próprios pais, terão oportunidade de assistir cinema na colônia, graças a essa medida que apreciáveis benefícios poderá estender ao nosso meio rural (Cinema Educativo, 1951: 2).

Uma sistematização que incluiu o aval do legislativo municipal e contou com a articulação com outros órgãos, especialmente para o empréstimo de filmes, conforme denuncia o relato da Diretora de Instrução Pública à imprensa

local: “[...] estive também no Consulado Norte-Americano, onde obtive, por empréstimo, diversos e interessantes filmes educativos e recreativos para serem exibidos em nossas escolas do interior do município [...]” (Cinema Educativo, 1951: 3).

Mesmo que o cinema da Diretoria da Instrução tenha sido uma oferta antecessora à criação do SERCE, as evidências apontam para um acordo das propostas municipais ao que era orientado em âmbito estadual e federal. Havia uma proximidade da Diretora da Instrução com a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, pela sua atuação como orientadora do ensino, como ela recorda: “A partir da época que assumi como orientadora então, recebendo orientação do centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação [...]” (Benvenuti, 1983: 8).

Nesse período, a administração municipal era condescendente às políticas nacionalistas, cumprindo com as orientações para a implementação de ações nacionalizadoras, particularmente nas localidades rurais que abrigavam um número significativo de imigrantes e descendentes de italianos. Desse modo, o Cinema Educativo, foi uma estratégia para falar com as comunidades do interior, que eram pouco familiarizadas com o português. Entre 1951 e 1954, foram realizadas 205 projeções, para 12.836 crianças e 23.467 adultos (Triches, 1952-1954). A Diretora da Instrução rememora essas sessões de cinema junto às comunidades rurais: “Então eu comprei um projetor cinematográfico de 16 mm [...] E, aos domingos, eu ia passar. Eu marcava com antecedência e ia passar lá na Terceira Légua, em São Virgílio, na Conceição. Nós íamos passar os filmes” (Benvenuti, 1983: 8).

De modo diferente, mas com uma intenção semelhante ao que foi executado pelo SERCE/RS, a Diretoria da Instrução de Caxias do Sul também realizou atividades que visavam preparar os docentes para o manuseio do novo recurso. Talvez pela falta de pessoas e/ou entidades especialistas no tema essas ações estavam inseridas dentro das reuniões do magistério municipal: “Aproveitando a reunião do magistério, a Diretora da Instrução pública fez exhibir diversos filmes [...] para um maior aprimoramento e melhor proveito do ensino [...]” (Reúne-se o Magistério..., 1951: 1). O registro de um desses encontros emerge do Álbum Fotográfico do Ensino Municipal (figura 1A). Na ampliação da foto (figura 1 B) é possível visualizar o projetor à frente da plateia.

Figura 1. Registro da reunião com o magistério caxiense



Fonte: AHMJSA (1951).

Além das ações de cinema realizadas pelo órgão público de ensino municipal, alguns anos antes, ainda na década de 1940, outras escolas utilizaram o cinema como recurso educativo. Entre essas instituições de ensino, duas vinculadas a ordens religiosas católicas: o Colégio La Salle Carmo (Congregação dos Lassalistas) e a Escola Normal Rural Murialdo de Ana Rech (Congregação dos padres Josefinos de Murialdo); ambas funcionavam no formato de internato.

No Carmo, o Irmão responsável pelas projeções rememora o teor dos filmes: “Filmezinhas, sobretudo culturais e alguns recreativos, que a gente conseguia a muito custo. E todas as semanas era feita uma sessão cultural para os alunos [...] Além disso, também, todos os sábados havia um filme recreativo”

(Bonifácio, 1991: 2). Enquanto o Colégio Carmo oferecia os filmes somente para os internos, o Murialdo, após realizar uma pré-estreia dos filmes com os alunos do internato, promovia sessões para toda a comunidade, aos finais de semana.

Embora a literatura localizada no acervo da Escola Murialdo indique haver uma atenção para as ideias de renovação, particularmente para a inserção do cinema como um novo material pedagógico, evidenciado por exemplo com o livro de J. Oliveira Orlandi, *O Cinema na Didática*; outros indícios, como um fichário cinematográfico, apresentam uma posição mais conservadora em relação ao conteúdo dos filmes, por orientação do Serviço de Informações Cinematográficas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esse órgão da Igreja tinha a responsabilidade de produzir uma cotação moral dos filmes de um circuito comercial e encaminhá-la para as instituições de ensino e outros órgãos da Igreja no Brasil. A ponderação de Escolano Benito (2017: 41) de que “os sujeitos, por outro lado, habituam ou acomodam sua ação à experiência histórica das instituições nas quais operam que é anterior à sua própria subjetividade”, ratifica a reflexão de que a apropriação do cinema pelas escolas religiosas acomodava uma herança confessional que garantia o funcionamento de dispositivos de controle sobre a nova tecnologia.

As memórias de ex-alunos da Escola Normal Murialdo sobre outros meios de controle, fortalecem essa crença: [...] eles davam três notas - nota de conduta, aplicação e civilidade. Os alunos que tinham nota baixa... eles tinham como castigo... de não frequentar o filme (risos). Não participavam! Ficavam na sala de aula estudando [...] (Susin, 2022: 9).

Ressaltamos que a Igreja Católica assumiu um papel significativo junto as decisões relacionadas ao campo educativo em âmbito federal. Mas, essa relação não era tão harmônica, fora construída para o alcance de objetivos de ambas as partes. A Igreja contribuía para munir os cidadãos brasileiros de valores morais, portanto, apoiava o totalitarismo do governo “em troca do apoio governamental para suas obras e instituições e de uma ação repressiva contra aqueles que se apresentavam como um possível obstáculo” (Horta, 2012: 255).

Destacamos que a Igreja também esteve muito próxima do ensino público municipal. Em suas memórias, a professora Ester Troian Benvenuti reconhece a referência da Igreja Católica na educação local, considerando que os religiosos possuíam um conhecimento mais adiantado, pela bagagem cultural construída na pátria de origem (Benvenuti, 1983: 8).

Considerações Finais

A análise empreendida neste estudo evidenciou que o cinema educativo, no contexto das décadas de 1950 e 1960, foi muito mais do que um simples recurso didático: foi um artefato cultural atravessado por interesses políticos, sociais e pedagógicos. Sua apropriação pelas instituições escolares de Caxias do Sul, alinhada aos pressupostos da Escola Nova, ilustra como os dispositivos materiais adquirem novas funções e significados ao serem inseridos no espaço escolar, contribuindo para a produção de saberes e, também, para impulsionar a apreensão de novos valores e condutas.

As práticas analisadas revelam que a introdução do cinema educativo não ocorreu de forma neutra ou espontânea. Ela foi permeada por estratégias de controle social, dentro das políticas de nacionalização desenvolvidas pelos governos, bem como serviu a interesses de instâncias religiosas, ratificando que a cultura material escolar é indissociável das disputas simbólicas que configuram o campo educativo. Nesse sentido, a escola tornou-se um espaço de incorporação de materiais que foram coordenados aos interesses Escolanovistas, mas que cumpriam, igualmente, um papel em outras instâncias que extrapolavam a área da educação.

O cinema, nesse processo, adentrou o espaço escolar não apenas com o pressuposto de modernizar as práticas pedagógicas, mas também operou no sentido de promover uma apropriação de conhecimentos voltados ao trabalho, para a civilidade e o civismo, atravessado por intencionalidades que incluíam saberes que contribuíam para o progresso da nação brasileira e para a manutenção de valores morais e cristãos que colaboravam para a normatização de condutas, a conservação da ordem e um dado controle sobre a população. Assim, mais do que apenas transmitir conteúdos, ele se articulava a um conjunto de estratégias educativas que visavam moldar as sensibilidades e subjetividades, repercutindo sobre a formação dos sujeitos.

Em âmbito municipal, as iniciativas envolvendo o cinema nas escolas, tanto públicas quanto privadas, precederem uma organização estadual que orientava sobre o uso do novo recurso como suporte ao campo educativo. Essas ações iniciais contaram com o aporte de outras instâncias —que forneciam acervos e validavam os conteúdos a serem utilizados. Apesar da ausência de uma diretriz unificada em nível estadual, percebemos que as concepções sobre o uso educativo do cinema estavam alinhadas às diretrizes e discursos que circulavam no plano federal. Orientações inspiradas pelas obras de intelectuais brasileiros ligados

ao movimento Escolanovista, que defendiam o cinema como um meio moderno, capaz de educar e civilizar a população, e que, em diferentes momentos, ocuparam funções representativas junto ao poder público.

Outro aspecto significativo para essa promoção do cinema nas escolas em Caxias do Sul foi a articulação entre os representantes de esferas educativas com instituições que detinham uma dada legitimidade sobre a temática. Nas escolas confessionais, por exemplo, o Serviço de Informações Cinematográficas desempenhou um papel de controle e curadoria, regulando as escolhas de filmes e, com isso, as temáticas permitidas em sala de aula. Já no ensino público, a parceria com o Consulado Americano de Porto Alegre, que disponibilizava um acervo cinematográfico alinhado aos interesses políticos e culturais do país norte-americano, evidencia a presença de um determinado jogo diplomático e ideológico que envolveu o campo da educação.

Embora o cinema tenha sido associado a interesses políticos e ideológicos, reconhecemos, ainda, que a escola, ao se apropriar de suas tecnologias, comumente encontradas em outros espaços sociais, criou uma aproximação entre o “mundo” escolar e o “mundo” social, produzindo uma atualização de suas práticas a partir de experiências de aprendizagem. Essa ideia, em consonância com os princípios da Escola Nova, reforça o papel do cinema como um recurso para a formação não apenas intelectual, mas também de sensibilidades.

Em suma, o movimento de renovação escolar em Caxias do Sul, impulsionado pelas ideias Escolanovistas e mediado pela apropriação do cinema educativo, revela como os projetos de modernização do campo educativo foram constantemente tensionados por múltiplos interesses. Além disso, exemplifica como a modernização de uma cultura material escolar por meio da apropriação de novos recursos reafirma a escola como espaço de negociações culturais e políticas com outros contextos sociais.

Referências

- A Oficialização do cinema educativo. (1959). *Boletim do CPOE*. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais - Secretaria de Educação e Cultura, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 519-524. Acervo Centro de Documentação da Secretaria Estadual da Educação, SECUC.
- Atlas socioeconômico (2022). <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>
- Benvenuti, E. T. (1983). *Educação Caxias do Sul*. Transcrição de Entrevista concedida aos pesquisadores Juventino Dal Bó e Liliana Alberto Henrichs. Caxias do Sul. Acervo do Arquivo Histórico João Spadari Adami.

- Bastos, M. H. C. y Tambara, E. (2011). *A escola nova no Rio Grande do Sul: eventos e atores em cena*. En M. E. B. Miguel, D. G. Vidal y J. C. S. Araújo (orgs.). *Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil* (pp. 1920 e 1946). Campinas/Uberlândia: Autores Associados/EDUFU.
- Bertelli, A. C. C. (2008). *Escolas de São Marcos: 1900-2005 - um século de cultura*. Porto Alegre: EST.
- Caxias do Sul (2025). Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Cidade – Apresentação. <https://caxias.rs.gov.br/cidade>
- Cinema educativo para as nossas escolas do interior (1951). *Diário do Nordeste*, 6 de junho. Caxias do Sul: Acervo Hemeroteca Digital.
- Comemorações da semana da pátria (1940). *A Época*, 15 set. Caxias do Sul: Acervo Hemeroteca Digital.
- Cunha, M. T. S. (2017). Representações edificantes: as biografias de personagens históricos nos textos escolares do professor Lourenço Filho (Brasil/1950-70). *Historia Y Memoria de la Educacion*, 6(2017): 29-58.
- Escolano Benito, A. (2017). *A escola como cultura – experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea.
- Escolano Benito, A. (2018). *Emociones & Educación*. Madrid: Vision Libros.
- Escolas Normais. Atividades Previstas – Projeções cinematográficas (1954/1955). *Boletim do CPOE 1954-1955*. Rio Grande do Sul: Secretaria de Educação e Cultura (Acervo SECUC), pp. 147-149.
- Filmoteca (1959). *Boletim do CPOE*. Rio Grande do Sul: Secretaria de Educação e Cultura (Acervo SECUC), p. 522.
- Fontana, G. L. y Heredia, V. B. M. (2018). Emigração, industrialização e Cultura do Trabalho: o caso de Galópolis, primeira indústria têxtil da zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Ricerche Storiche*, (3), set-dez.
- Gomes, A. M. C. (1982). A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. Introdução. En L. L. Oliveira, M. P. Velloso y A. M. C. Gomes, *Estado Novo: ideologia poder* (pp. 145-154). Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Horta, J. S. B. (2012). *O hino, o sermão e a ordem do dia – Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. 2ed. Campinas: Autores Associados.
- Lourenço Filho, M. B. (1931). Apresentação. *Revista Escola Nova*, 3(3), jul. <https://abre.ai/goj2>.
- Lourenço Filho, M. B. (1939). Honrosas Referências do Prof. Lourenço Filho. *Jornal A Época*, 1 de outubro, n.p. (Acervo Hemeroteca Digital).
- Monteiro, A. N. (2006). *O cinema educativo como inovação pedagógica na escola primária paulista (1933-1944)*. 152 f. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade de São Paulo.
- Muller, O. (1991). Transcrição de entrevista concedida à pesquisadora Bernardina Pereira pelo Irmão Bonifácio. *Educação (aspectos)*, 16 de outubro. (Acervo Banco de Memória do Arquivo Histórico João Spadari Adami).
- O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1984). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Debates e Propostas*. 65(150, maio/ago.), 407-425. https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf.
- O interesse como fator disciplinar (1953). *Jornal Despertar*. Educação e Ensino. Diretoria da Instrução Pública Municipal de Caxias do Sul, p. 2.

- Oliveira, L. L. O. (1982). Introdução. En L. L. Oliveira, M. P. Velloso y A. M. Gomes, *Estado Novo: ideologia poder* (pp. 14-62). Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Orlandi, O. (1946). *O Cinema da Didática*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Patrocinação de Cursos. *Boletim do CPOE* (1959). Grande do Sul: Secretaria de Educação e Cultura, p. 524. (Acervo SECUC).
- Peres, E. T. (2000). *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959)*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, (114): 179-195, novembro.
- Rech, G. L. y Luchese, T. A. (2018). *Escolas italianas no Rio Grande do Sul: pesquisa e documentos*. Caxias do Sul: Educus.
- Reúne-se o magistério primário de Caxias do Sul para tratar dos superiores interesses do Ensino (1951). *Jornal Diário do Nordeste*, 1(19), 22 jun. (Acervo Hemeroteca Digital).
- Saliba, M. E. F. (2003). *Cinema contra Cinema – o cinema educativo de Canuto Mendes (1922-1931)*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- Schultz, Z. C. 1939. A Colaboração dos pais na “Escola Nova”. Órgão de divulgação sob o patrocínio da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. *Revista do Ensino*, 1(2), (Acervo SECUC).
- Silva, R. M. L. S. (2007). O Movimento de Renovação da Educação e o Cinema Educativo. En ANPUH-XXIV Simpnósio Nacional de História, *Anais [...] (pp. 1-9)*. São Leopoldo. <https://abre.ai/gojN>.
- Souza, C. (1939). *A Época. E'cos da visita prof. Lourenço Filho*. Caxias do Sul, 25 jun., p. 2. (Acervo Hemeroteca Digital).
- Souza, R. F. (2007). História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. En M. L. Bencosta (org.), *Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários Históricos*. São Paulo: Cortez.
- Souza-Chaloba, R. F. y Moraes, A. I. D. (2022). 200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação. *Educação em Foco*, 25(46), mai./ago.
- Susin, V. Cinema Educativo (2022). [Entrevista concedida a] Elisângela C. S. Dewes para a Tese de doutorado “O Cinema Educativo: material da cultura escolar para a renovação da educação no meio rural de Caxias do Sul-RS (1947-1960), Caxias do Sul, 17 de janeiro.
- Triches, E. (1954). A Administração do município anos 1952-1953-1954. Educação. Caxias do Sul; Acervo Arquivo Histórico João Spadari Adami.
- Troian, E. (1951). Regulamento da Instrução Pública de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Acervo Arquivo Histórico João Spadari Adami.
- Troian, E. (1954). Relatório Síntese expositivo das atividades da Diretoria da Instrução Pública de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Acervo Arquivo Histórico João Spadari Adami.
- Valdemarin, V. T. (2004). *Estudando as lições de Coisas*. Campinas: Autores Associados.
- Valdemarin, V. T. (2010). *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez.
- Vargas, G. (1934). O cinema nacional é elemento de aproximação dos habitantes do país. Discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas. 25 junho. Biblioteca da Presidência da República (Acervo Biblioteca da Presidência da República).